



Guerra de Coalizãõ

Por intermédio de alianças, um Estado é capaz de aumentar, em curto espaço de tempo, as suas capacidades, particularmente nas áreas militar, política e econômica. Em consequência, esse recurso tem sido utilizado com bastante freqüência ao longo da história dos conflitos.

Provavelmente as alianças foram formadas, pela primeira vez, na Grécia Antiga, quando algumas cidades-estado se tornaram aliadas para ter melhor capacidade de combater as outras. E isto tornou-se comum, das guerras européias posteriores até as guerras contemporâneas, em diversas partes do mundo. Há também exemplo de coalizão na América do Sul, quando, em 1865, o Brasil, a Argentina e o Uruguai formaram a Tríplice Aliança para enfrentar o Paraguai.

Hoje em dia, nos conflitos que vêm ocorrendo após o final da Guerra Fria, a formação de coalizões tem assumido maior importância, pois permite atribuir um aspecto de legalidade internacional às operações, especialmente se realizadas com a aprovação das Nações Unidas. Esta tendência é crescente e não há dúvida de que a existência de coalizões caracterizará os conflitos do futuro.

A Evolução da Guerra Conjunta

Williamson Murray

Traduzido da revista JFQ, Summer 2002

A GUERRA CONJUNTA é, em grande parte, um fenômeno do século passado. No entanto, desde o século XVII, à medida que as forças armadas ocidentais se desenvolviam em instituições profissionais, disciplinadas e que respondiam aos seus comandantes, muitos estados já consideravam a possibilidade de projetar poder no exterior. A tecnologia tem, cada vez mais, influenciado a conduta da guerra, forçando o emprego das capacidades militares de forma harmoniosa. Esse é um processo complexo, não por causa dos obstáculos apresentados pela cultura de cada força, mas porque a evolução da guerra conjunta cria problemas de difíceis soluções. Além disso, essas capacidades precisam de verbas que não podem ser alocadas para as forças armadas em tempo de paz.

Os Poderes Continentais

Entre os estados emergentes no início do século XVIII, a Inglaterra tinha a maior tradição de cooperação entre as forças terrestres e marítimas. Aquela nação foi resultado da invasão de William, O Conquistador, que colocou no poder os normandos. Seus descendentes, particularmente Eduardo III e Henry V, dominaram o Canal da Mancha e as águas adjacentes para invadir o Continente e quase destruíram a França. Embora impressionantes, não se pode considerar aquelas campanhas como uma guerra conjunta porque as instituições militares da época não eram nem profissionais nem permanentes. Talvez possa ser considerada como uma exceção a Batalha de Sluys, em 1340, quando Eduardo III empregou uma frota com arqueiros, dotados de arcos longos, para aniquilar os franceses, levando a uma época na qual “Eduardo era considerado como o senhor dos mares”.¹

Apesar disso, foi somente no final do século XVI que os europeus começaram a pensar em termos de cooperação conjunta. A destruição da armada espanhola em 1588

chamou atenção para os perigos da coordenação de forças em terra e no mar. Planejar uma expedição em Madri e deslocar uma frota para o Canal com exércitos nos Países Baixos, provou ser desastroso. Esse tipo de combinação tinha funcionado contra as rebeliões tribais dos índios americanos contra os invasores, porque estes possuíam apenas armas da idade da pedra e nenhum conhecimento sobre armas de fogo, e contraíam, ao mesmo tempo, doenças dos espanhóis, morrendo aqueles que haviam sobrevivido ao combate. No entanto, a Espanha estava despreparada para enfrentar a complexidades da guerra terrestre e marítima contra um poder europeu. As referidas dificuldades foram exacerbadas pela experiência liderança das forças marítimas britânicas e pelo desconhecimento do Canal, o que, inevitavelmente, provocou o fracasso da grande expedição realizada por Felipe II.

Na metade do século XVII vários estados europeus, liderados pela Holanda e pela Suécia, criaram exércitos e marinhas organizadas que atendiam as ordens recebidas dos ministros da guerra e do almirantado. O principal ingrediente para o surgimento destas instituições foi a competição intensa pela obtenção da hegemonia no Continente, uma luta onde os exércitos, disciplinados e em crescimento, buscavam o controle. Porém, à medida que o século passava, os europeus se encontraram competindo por impérios. No início a competição foi entre as marinhas, lutando pela supremacia marítima, mas no final do século, colônias de maior importância como as Sugar Islands no Caribe, ostentavam grandes fortificações e quartéis. A França e a Inglaterra surgiram como as grandes potências competindo por impérios no alvorecer do século XVIII. Ao mesmo tempo, o Exército de Luís XIV ameaçava o equilíbrio do poder. A Guerra da Sucessão Espanhola eclodiu em 1702 e foi considerada a primeira guerra mundial. No Continente, o Duque de Marlborough, com seus aliados holandeses e Hapsburg

(casa real germânica) venceu um grande número de batalhas, sacudindo a monarquia francesa. Londres travava a guerra no mar pela supremacia no Atlântico e no Mediterrâneo, contestando, ao mesmo tempo, o controle da América do Norte, do Caribe e da Índia. Os colonizadores britânicos, estabelecidos na América do Norte, chamaram este conflito de Guerra da Rainha Ana, em homenagem à soberana. Nenhuma nação conseguiu projetar suficiente poder além da Europa para obter uma vitória decisiva, mas a guerra foi o início de uma luta que durou o resto do século.

O Novo Mundo

A Guerra dos Sete Anos — também conhecida como Guerras Francesa e Índia na América do Norte — determinou qual nação tinha o poder dominante fora da Europa. Ficou também estabelecido que o inglês seria o

A Guerra Conjunta é, em grande parte, um fenômeno do século passado. No entanto, desde o século XVII, à medida que as forças armadas ocidentais se desenvolviam em instituições profissionais, disciplinadas e que respondiam aos seus comandantes, muitos estados já consideravam a possibilidade de projetar poder no exterior. . . . Entre os estados emergentes no início do século XVIII, a Inglaterra tinha a maior tradição de cooperação entre as forças terrestres e marítimas.

idioma dominante no mundo. Além disso, foi a primeira vez que o poder naval projetou forças terrestres à grandes distâncias, apoiando-as e impedindo que o inimigo reforçasse suas tropas. Do ponto de vista norte-americano, a campanha decisiva foi travada em 1756, quando os britânicos, sob o comando de James Wolfe, sitiaram Quebec. Os historiadores argumentam que o destino da América do Norte foi decidido nas planícies de Abraham, quando Wolfe derrotou Montcalm. Na realidade, as forças britânicas que ocupavam a cidade de Quebec passaram um inverno quase morrendo de fome e sob a ameaça de ataque pelos franceses que estavam na província. No entanto, com a chegada da primavera o gelo do rio derreteu e a Marinha Real, com um significativo reforço, entrou no Golfo de St. Lawrence à frente dos franceses, determinando assim o destino da América do Norte.

A capacidade de empregar, coordenadamente, forças terrestres e navais através de grandes distâncias oceânicas permitiu ao Império britânico sobreviver a sua incapacidade estratégica e política demonstrada na guerra contra os colonizadores americanos em 1770. O controle do mar

e a habilidade de ampliar o seu poder sempre que quisesse não foi o suficiente para superar os erros cometidos pelo Lorde Frederick North. Apesar de projetar grandes exércitos através do Atlântico, os britânicos não conseguiram reprimir o movimento de independência. A captura de Nova York em 1776 — por meio de uma verdadeira operação conjunta — e a ofensiva executada em Nova Jersey praticamente destruíram o exército revolucionário. Apesar disso, o General George Washington e suas forças sobreviveram, e a campanha que os britânicos lançaram sob o comando de Sir William Howe contra a Filadélfia, no ano seguinte, também deixou a invasão do norte do Estado de Nova York, liderada pelo General John Burgoyne, em posição vulnerável, levando à derrota em Saratoga. A situação ficou definida quando outras potências intervieram. Mesmo assim, a união do poder terrestre e marítimo estendeu o controle britânico do Caribe até a Índia, contra a resistência de uma grande coalizão.

Basil Liddell Hart caracterizou a ações britânicas desse período como o método britânico de travar guerra. Mas, como disse Sir Michael Howard, os britânicos só foram bem-sucedidos quando seus oponentes na Europa combatiam uma guerra continental e no além mar, e que exigia o comprometimento significativo de forças terrestres. A França fracassou durante todo o século XVIII porque seus líderes não estavam certos qual tipo de guerra estava sendo travada. Em uma tentativa de combater ambas, perderam as duas. Em 1789, Napoleão e os revolucionários franceses tinham objetivos claros, na maioria envolvendo conquistas no continente. As expedições anfíbias britânicas contra os territórios sob o controle dos franceses foram funestos fracassos, pelo menos até a guerra na Espanha. A guerra conjunta somente funcionou em lugares distantes, na luta pela conquista das possessões francesas ou em áreas não mais sob o controle da França. Neste contexto, o termo conjunta significava desdobrar tropas a longa distância do inimigo e supri-las por via marítima. Porém, quando os britânicos enviaram ao continente um general de primeira classe e suas forças, conseguiram causar um grande impacto na posição estratégica da França. A Guerra Peninsular contra a França e a Espanha foi um dos poucos casos de operações conjuntas na era Napoleônica.

Norte e Sul

A Guerra de Secessão foi o palco das primeiras e genuínas operações conjuntas — uma abordagem que surgiu devido à situação geográfica, neste caso, os rios do oeste. No início, a União dominou o equilíbrio marítimo, permitindo a Lincoln impor um bloqueio aos Confederados e controlar os fortes no litoral. Na primavera de 1862, o General George McClellan lançou um ataque marítimo na Península de Yorktown. A Marinha desembarcou tropas e apoiou o avanço da União sobre Richmond. Naquele



Departamento de Defesa

O cerco de Yorktown, Virgínia. Imensas baterias com enormes canhões e morteiros foram posicionados ao longo da linha de frente pela 1ª Artilharia Pesada de Connecticut.

ponto, uma série de ataques feitos pelo Gen Robert E. Lee obrigou as forças da União a retrocederem para a Península de Yorktown. Canhoneiras norte-americanas fizeram um excelente serviço ao deterem um assalto inimigo em Malvern Hill, infligindo incríveis baixas aos Confederados. Apesar disso, pode-se dizer que o trabalho conjunto foi apenas rudimentar durante esses engajamentos.

O teatro ocidental foi cenário para uma verdadeira operação conjunta nos rios Mississippi, Ohio, Cumberland e Tennessee que ofereciam vias de aproximação profundas para as forças da União. No inverno de 1862, a captura dos fortes Donelson e Henry pelo General Ulysses S. Grant, abriu os rios Kentucky, Tennessee e o norte do Mississippi até Muscle Shoals, no Alabama, às ações do Exército, transportado pela Marinha. Grant assegurou o acesso ao coração do Sul em um único e brilhante deslocamento. As vitórias nos fortes Donelson e Henry deram ao Norte uma vantagem no Oeste, da qual o Sul nunca se recuperou. Foi necessária uma cooperação cerrada entre os oficiais da Marinha encarregados da frota de canhoneiras e os comandantes do Exército para tirar o máximo proveito dessa vantagem. A importância dessa cooperação foi destacada em abril de 1862, quando as embarcações da União reforçaram Grant transportando as tropas sob o comando do General Don Carlos Buell em Shiloh. A cooperação conjunta surgida em 1862 foi crucial para a campanha

contra Vicksburg na primavera de 1863. O Almirante David Porter destruiu as defesas em Vicksburg em abril permitindo a Grant a travessia do Mississippi em direção

A Guerra de Secessão foi o palco das primeiras e genuínas operações conjuntas . . . a União dominou o equilíbrio marítimo, permitindo a Lincoln impor um bloqueio aos Confederados . . . o Gen George McClellan lançou um ataque marítimo na Península de Yorktown. . . o Gen Robert E. Lee obrigou as forças da União a retrocederem para a Península de Yorktown. . . Apesar disso, pode-se dizer que o trabalho conjunto foi apenas rudimentar durante esses engajamentos.

ao sul e o início da mais impressionante campanha da Guerra Civil, resultando na conquista de Vicksburg e na captura de um Exército Confederado no terreno.

A Grande Guerra

Antes de 1900 a guerra conjunta existiu de forma primitiva sob condições especiais. Ela tornou-se cada vez mais importante com um intermitente início na I Guerra

Mundial. A Campanha dos Dardanelos mandada executar por Winston Churchill apesar da forte oposição do Almirante Sir John (Jackie) Fisher, fracassou, em grande parte, pela falta de cooperação entre o Exército e a Marinha britânica. Este funesto exemplo de operação conjunta, nos níveis operacional e tático, resultou no colapso da única alternativa estratégica à continuação da guerra na Frente Ocidental, com um enorme custo em homens e material bélico.

Uma área de cooperação conjunta, no nível tático, teve um êxito expressivo. Em 1918, tanto os aliados como os alemães já estavam empregando aeronaves para apoiar os ataques terrestres. Os alemães criaram esquadrões de apoio aéreo aproximado, especialmente equipados e adestrados, para a Ofensiva Michael em março de 1918. Da mesma forma, os britânicos apoiaram os carros de combate e a infantaria com meios aéreos, num ataque bem-sucedido em agosto de 1918 — no qual o General Eric Ludendorff descreveu como o pior dia da guerra, especialmente devido à “confusão e ao grande distúrbio” causados pelos ataques aéreos às tropas terrestres.² Entretanto, somente os alemães aprenderam alguma coisa dessa experiência na arena conjunta.

Apesar das grandes diferenças existentes entre as nações, houve movimentação para a criação de capacidades conjuntas durante o período entre guerras. Em 1935, a *Luftwaffe* alemã passou a ser uma força separada. Seus líderes demonstraram um considerável interesse, desde o início, em bombardeamento estratégico, mas também apoiaram outras missões. Conseqüentemente, dedicaram recursos significativos à capacidade de apoiar o exército em guerras mecanizadas de armas combinadas. Ao mesmo tempo, a Marinha e a Força Aérea não demonstraram nenhum interesse em trabalho conjunto e os resultados ficaram evidentes durante a II GM.

Os ingleses organizaram o único alto comando conjunto durante os anos entre guerras, a Subjunta de Chefes de Estado-Maior. Por outro lado, as forças armadas demonstraram sua relutância em desenvolver capacidades e doutrina conjunta. A Real Força Aérea, temendo que uma cooperação conjunta pusesse fim a sua independência como uma força separada, escreveu uma doutrina básica tão exclusiva sobre bombardeamento estratégico que o verdadeiro trabalho conjunto entre as forças armadas ficou praticamente impossível. Quando a guerra eclodiu em 1939, a Força Aérea provou rapidamente que não poderia apoiar nem as forças terrestres com ataques de interdição, nem as forças marítimas na proteção de suas linhas de comunicações no Atlântico. Além disso, a Força Aérea forneceu à Marinha aeronaves para o emprego em porta-aviões que eram obsoletas, em comparação as aeronaves americanas e japonesas.

Mas as outras forças não foram mais receptivas que a Real Força Aérea. Em 1938, o comandante da Escola de Estado-Maior da Marinha Real levantou a possibilidade de operações anfíbias conjuntas, proposta que foi totalmente rejeitada. A atitude dos oficiais de mais alto escalão variava desde a crença inocente de que tais operações foram bem-sucedidas na última guerra, até a certeza indubitável de que não mais seriam necessárias. O Subchefe do Estado-Maior da Aeronáutica argumentou que Gallipoli revelou que nada estava realmente errado com as técnicas anfíbias, com exceção das comunicações. A Marinha apresentava a mesma falta de entusiasmo. O Subchefe do Estado-Maior Naval, Almirante Andrew Cunningham, o qual eventualmente comandou as forças navais no Mediterrâneo, comunicou que “o almirantado, no presente momento, não pode prever a realização de qualquer operação conjunta, não estando, portanto, preparado para empregar uma verba considerável em equipamento para adestramento conjunto.”³ Finalmente, o Chefe do Estado-Maior Geral Imperial, Lord John Gort, afirmou que a estrada de ferro permitia o poder terrestre concentrar-se com maior rapidez do que o poder marítimo. Dessa forma, a mobilidade estratégica, embora politicamente atrativa, não mais trabalharia a favor do poder marítimo. Tais atitudes são excelentes para explicar a conduta desastrosa da campanha da Noruega.

O registro dos EUA é muito melhor em vários aspectos. A nova Força Aérea que era, administrativamente, um ramo do Exército (inicialmente como Corpo Aéreo do Exército e depois como Forças Aéreas do Exército) demonstrou mais ou menos a mesma indiferença pelas experiências anteriores que a Real Força Aérea da Inglaterra; não estava interessada em cooperar com forças navais ou terrestres. Contudo, na esfera da doutrina anfíbia conjunta os EUA estavam muito à frente das outras nações, sem dúvida alguma devido às peculiaridades de suas organizações militares. O Departamento da Marinha possuía a sua própria força terrestre, o Corpo de Fuzileiros Navais, e como ainda não havia sido criado um componente aéreo unificado, tanto os fuzileiros como a própria marinha contavam com recursos aéreos próprios. Os estrategistas marítimos levavam em consideraram as operações anfíbias conjuntas devido à realidade das distâncias no Pacífico. Capacidades anfíbias, sem dúvida, seriam necessárias para capturar bases logísticas na região.

Nesse período os fuzileiros navais lideraram o esforço de guerra anfíbia. Quando da eclosão da II GM, o CFN desenvolveu doutrina e técnicas com uma considerável cooperação da Marinha e alguma ajuda do Exército. Embora o equipamento necessário para tais operações ainda não tivesse sido distribuído às unidades, as Forças Armadas haviam estabelecido uma base conceitual para as operações anfíbias conjuntas.



Departamento de Defesa

Conferência de Casablanca, 1943.

II Guerra Mundial

É quase impossível considerar a guerra conjunta conduzida pelas forças do Eixo como guerra combinada. A Alemanha, com sua capacidade de cooperar no nível tático, obteve impressionantes resultados no início da II GM. Mas a invasão da Noruega, a Operação *Weserübung*, foi, em grande parte, o resultado de erros britânicos. Os alemães não possuíam estratégia conjunta nem conceitos operacionais conjuntos. O planejamento para a Operação *Sealion*, no verão de 1940 — a proposta invasão da Grã-Bretanha — não apresentou nenhum conceito comum sobre as operações e nem mesmo uma linguagem comum. Esse problema nunca melhorou. Não havia um alto comando conjunto — o Alto Comando das Forças Armadas, *Oberkommando der Wehrmacht*, era apenas pouco mais que um estado-maior administrativo que apoiava a Hitler. Um dos seus membros, General Walter Warlimont, observou: “De fato, o assessoramento dos chefes de estado-maior britânico e norte-americano foi um fator decisivo na estratégia aliada. Na Alemanha, em um nível comparável, não havia nada a não ser uma lacuna desastrosa.”²⁴ Essa situação tinha tanto a ver com a rivalidade entre as forças armadas como com o *Führer*.

O mesmo ocorria com as outras forças do Eixo. O chamado *Comando Supremo*, da Itália, não tinha um verdadeiro poder sobre as Forças Armadas, as quais respondiam por si mesmas. Conseqüentemente, os militares italianos nunca propuseram uma sólida estratégia

ou alternativas operacionais para um regime que, na sua cegueira ideológica, não equilibrou os meios disponíveis com os fins possíveis. No Japão, sem um alto comando conjunto, a situação não era nada melhor. Sem um comando superior, o Exército e a Marinha Imperial tra-

É quase impossível considerar a guerra conjunta conduzida pelas forças do Eixo como guerra combinada. . . . Os alemães não possuíam estratégia conjunta nem conceitos operacionais conjuntos. . . . O mesmo ocorria com as outras forças do Eixo. O chamado Comando Supremo, da Itália, não tinha um verdadeiro poder sobre as Forças Armadas, as quais respondiam por si mesmas. . . . No Japão, sem um alto comando conjunto, a situação não era nada melhor. Sem um comando superior, o Exército e a Marinha Imperial travaram duas guerras separadas até sofrerem as catástrofes no início de 1944.

varam duas guerras separadas até sofrerem as catástrofes no início de 1944. Depois do ocorrido, a preponderância da Força norte-americana era tal que pouco importava o que o Japão fizesse ou deixasse de fazer.

A conduta de guerra conjunta empregada pelos aliados se encontrava num plano diferente. No nível estratégico, a estrutura organizacional para análise estratégica e de problemas militares, criada pelos ingleses antes da II GM, teve um papel muito importante. O sistema não era tão espetacular nos primeiros anos, mas isso foi devido, em grande parte, à força esmagadora do Eixo. No entanto, a Grã-Bretanha teve condições de recuperar as fortunas do Ocidente após a entrada dos EUA na guerra. O poder analítico do sistema persuadiu os EUA a se aventurarem em grandes operações no Mediterrâneo, um envolvimento totalmente oposto à visão de guerra de Washington. Londres foi bem-sucedida ao sugerir uma articulação conjunta da estratégia, particularmente durante a Conferência de Casablanca, resultando no estabelecimento da Junta de Chefes de Estado-Maior e em uma abordagem organizacional que enfatizava as operações conjuntas no nível operacional.

As operações conjuntas dos EUA alcançaram seu ponto máximo no Pacífico. A tirania da distância significou que as Forças Armadas tiveram que trabalhar juntas para serem capazes de projetar o poder militar. O General Douglas MacArthur, no Sudoeste do Pacífico, avançou ao longo da Nova Guiné com o excelente apoio das 5ª e da 13ª Forças Aéreas, sob o comando do General George Kenney e de componentes navais. Ao conduzir operações conjuntas, o Gen MacArthur manteve os japoneses permanentemente em desvantagem. Após as perdas em Tarawa, o Almirante Chester Nimitz e seus comandantes ficaram alertas para os problemas de desembarque em praias hostis. Assim, a campanha das ilhas centrais do Pacífico emergiu como uma das mais impressionantes no nível operacional da guerra, principalmente pela cooperação entre soldados, marinheiros e fuzileiros navais. O resultado foi a captura de bases, na primavera de 1944, das quais os bombardeiros estratégicos da Força Aérea do Exército passaram a ser empregados em ataques contra o território japonês.

A situação na Europa era semelhante. Na primavera de 1944 os Aliados obtiveram os recursos que lhes permitiram a mais complexa operação conjunta da guerra — um desembarque na costa hostil da França. A cooperação nem sempre era de boa vontade. Em março de 1944, as unidades de bombardeiros americanas e britânicas lutaram para não serem colocadas sob o comando operacional do General Dwight Eisenhower. Perderam, porque Eisenhower estava determinado a apelar para Roosevelt e Churchill. Na época, Eisenhower e seu subcomandante, Marechal do Ar Arthur Tedder, empregaram a Força Aérea, inclusive os bombardeiros estratégicos para atacar os meios de transporte na França. Em junho de 1944, o sistema de transporte estava destruído; de fato, os alemães haviam perdido a luta pelo reacomplimento antes de as primeiras tropas Aliadas desembarcarem.

As operações conjuntas não tiveram muito êxito na praia de Omaha, onde as baixas foram três vezes mais do que as sofridas em Tarawa, seis meses antes. O General George Marshall, muito satisfeito com os desembarques no Pacífico, ordenou ao comandante da 7ª Divisão, em Kwajalein, *Major General* Pete Corlett, que viesse difundir as lições aprendidas. Entretanto, quando chegou na Europa, Corlett deparou-se com o fato de que os comandantes do Exército responsáveis pela operação Overlord não tinham o menor interesse em aprender as “lições obtidas uma coalizão de um pequeno teatro”.⁵ Como conseqüência, os soldados que desembarcaram na praia de Omaha tiveram apenas 20 minutos de apoio de fogo naval, de um único navio de guerra (enquanto a guarnição inimiga em Kwajalein foi bombardeada, pelo menos, por sete navios de guerra). O desembarque em Omaha esteve perigosamente perto da derrota, o que poderia ter levado ao fracasso da Operação Overlord.

O Período Pós-Guerra

Quando a II GM acabou, as forças aliadas estavam preparadas para lançar a maior operação da história — *Olympic*, a invasão do Japão — perto da qual a Operação Overlord teria sido insignificante. Nesta época, as operações conjuntas se encontravam no ápice. Infelizmente, tal cooperação não se repetiria até 1991 com a Operação *Desert Storm*. Vários fatores levaram a isso. Primeiro, o advento das armas nucleares, que mudou a guerra a tal ponto que muitos líderes, em especial os da aeronáutica, acreditavam que as lições da II GM não eram mais válidas. Segundo, aqueles que haviam conduzido a guerra na Europa passaram a dominar as forças armadas do pós-guerra, e aquele teatro havia realizado menos operações conjuntas do que o Pacífico. Finalmente, embora as operações conjuntas tivessem alcançado altos níveis, elas foram, normalmente, resultado das necessidades táticas e operacionais. As forças armadas retornaram à cultura de paz pré-guerra. Dessa forma, o General Omar Bradley, que assumiu o cargo de Chefe do EM Conjunto no final da década de 1940, num esforço para extinguir o Corpo de Fuzileiros Navais, em nome das operações conjuntas, anunciou que jamais haveria outra operação anfíbia de grande porte.

Resultantes das disputas entre as Forças Armadas, os Acordos de Key West, determinaram o rumo das operações conjuntas até a aprovação da lei Goldwater Nichols. Esses acordos representaram um frágil compromisso entre a crença do Exército em uma comunidade conjunta forte e o desejo da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais por comunidades de instituições armadas. Mas, até certo ponto, o Exército solapou sua própria posição ao tentar eliminar da equação o Corpo de Fuzileiros Navais. Além disso, a Força Aérea, com uma cultura empresarial que denegria todos os papéis



Departamento de Defesa

Porta-aviões Ticonderoga em 10 de novembro de 1967.

e missões, com exceção de bombardeios estratégicos, conceito reforçado pelo advento das armas nucleares, fez muito pouco para promover a cooperação.

As operações conjuntas após os Acordos de Key West foram inexpressivas. A Força Aérea se negou a apoiar as forças terrestres durante toda a guerra da Coréia. O Exército e o Corpo de Fuzileiros Navais cooperaram quando necessário, mas praticamente não realizaram o que pudesse ser classificado como operação conjunta no terreno. Parte dessa situação pode ser devida à natureza do conflito durante seus dois últimos anos, já que Washington estava disposto a aceitar um armistício. Mesmo assim, as Forças Armadas freqüentemente colocaram a vida dos americanos em perigo para alcançar metas restritas.

O Vietnã não foi nada melhor. As perspectivas das Forças Armadas, que impediam o Chefe do Estado-Maior Conjunto de falar coerentemente ou de dar conselhos estratégicos ou operacionais conjuntos, foram um fator-chave nas errôneas suposições consideradas pelos EUA no verão de 1965. Duas forças aéreas táticas travaram campanhas independentes. Caça-bombardeiros, na sua maioria, oriundos da Tailândia, atacavam Hanói e suas redondezas. Aeronaves navais decoladas de porta-aviões no Golfo de Tonkin limitavam-se a atingir alvos perto de Haiphong e da costa norte-vietnamita. A cooperação

conjunta foi mínima, resultando em baixas gigantescas em uma campanha aérea cujo objetivo era também mínimo.

As operações conjuntas na guerra terrestre também foram problemáticas. O comandante nominal do teatro,

Duas forças aéreas táticas travaram campanhas independentes. Caça-bombardeiros, na sua maioria, oriundos da Tailândia, atacavam Hanói e suas redondezas. Aeronaves navais decoladas de porta-aviões no Golfo de Tonkin limitavam-se a atingir alvos perto de Haiphong e da costa norte-vietnamita. A cooperação conjunta foi mínima, resultando em baixas gigantescas em uma campanha aérea cujo objetivo era também mínimo.

General William Westmoreland, desdobrou unidades de fuzileiros navais no centro do Vietnã ao invés de empregá-las no Delta, onde as capacidades anfíbias teriam sido mais eficazes. A Força Aérea lançou toneladas de material bélico no Vietnã do Sul, mas deu pouca atenção às

necessidades das forças terrestres. Embora o apoio aéreo aproximado tenha comprovado, com frequência, sua importância para os soldados e fuzileiros navais, a Força Aérea o considerava mais em termos de conveniência à uma visão mecanicista da guerra e de eficácia, ao invés de utilidade para as forças terrestres sob ataque.

Quando a guerra findou, no início de 1973, as Forças Armadas dos EUA se encontravam em frangalhos. Sem disciplina, divididas por disputas raciais, desanimadas pela derrota e afrontadas pela sociedade civil, cada uma delas teve de colocar em ordem sua própria instituição durante um período de redução de forças, restrições fiscais e de mudança de missões. Em virtude de outros problemas, não é de surpreender que os estudos das fraquezas das operações conjuntas não tenha sido considerado prioridade. Na primavera de 1980, os EUA lançaram um ataque surpresa para resgatar o pessoal da embaixada, detido como prisioneiros no Irã. Felizmente para a maioria dos participantes, esse ataque fracassou antes de começar, com o desastre ocorrido na pista de pouso clandestina *Desert One*. Mas deixando de lado o resultado, o planejamento e a execução da operação enfatizaram a falta de cooperação entre as Forças Armadas, um comando enfraquecido que era qualquer coisa menos conjunto e um objetivo que era inaceitável para a maioria dos americanos.

A presidência de Ronald Reagan viu um aumento nas verbas e na capacidade de defesa. Mas a performance das operações conjuntas deixaram muito a desejar. No outono de 1983, os EUA intervieram em Granada, aparentemente para libertar os estudantes americanos da Escola de Medicina, mas na realidade para evitar que Cuba auxiliasse a solidificação de um regime revolucionário na ilha. Dado o poder esmagador levado à pequena ilha, nunca houve dúvida a respeito do sucesso da missão. Entretanto, as Forças Armadas, mais uma vez, pareciam ter objetivos restritos, ao invés de uma grande visão conjunta.

A Constituição atribui ao Congresso a responsabilidade por cada aspecto da defesa nacional, com exceção do comando e, mesmo assim, essa instituição raramente se envolve no nível teórico ou organizacional. Na maioria das vezes se contenta em debater com as testemunhas da defesa e a dividir as despesas militares entre os distritos e estados. Apesar disso, o Congresso ocasionalmente inter-vém, em geral, quando o Executivo deixa de resolver um assunto relativo a segurança nacional. A pressão exercida pelo Poder Legislativo, que redundou nas reformas do Exército e da Marinha no início do século XIX, e a Comissão Morrow em meados de 1920 são bons exemplos. A Comissão Morrow resolveu que não haveria uma Força Aérea independente e que o poder aéreo seria dividido entre as duas forças. Em 1980, o Congresso, descontente com a situação reinante e com a falta de progresso nas operações conjuntas, aprovou a lei Goldwater-Nichols.

Essa legislação mudou o relacionamento entre o Chefe do Estado-Maior Conjunto e os Comandantes de cada força, provendo o primeiro com grande autoridade e atribuindo maiores poderes aos comandantes unificados. Também determinou que a designação para a ocupação de cargos funcionais conjuntos seria um passo essencial para a promoção a general e almirante.

E Agora para aonde Iremos?

As Forças Armadas estão passando por mudanças rápidas. Alguns afirmam que os avanços tecnológicos são revolucionários e que permitirão que as FA detectem inimigos a grande distâncias e destruam tudo aquilo que se movimentar. Alguns também afirmam que a tecnologia pode remover a incerteza da guerra. Mas tais possibilidades não são prováveis porque desafiam a ciência moderna e o que essa sugere sobre o mundo.

Apesar disso, os tecnólogos têm um ponto de vista que parece correto: os sistemas de informações modernos podem diminuir, de forma expressiva, o atrito que as Forças dos EUA e Aliadas podem sofrer e, ao mesmo tempo, aumentar as infligidas na força oponente. E é na esfera do comando e controle conjunto que tais tecnologias podem provavelmente fazer a maior contribuição. Como escreveu Eisenhower em 1946: “Guerra terrestre, marítima e aérea independente não existem mais. Se alguma vez estivermos envolvidos em guerra novamente, lutaremos com todos os elementos, com todas as forças armadas, em um único esforço concentrado.”⁶ No entanto, ainda hoje existem impedimentos para uma operação conjunta.

Um dos problemas é que cada FA ainda controla o seu orçamento. Assim sendo, os comandos unificados fazem uma lista dos equipamentos e capacidades que precisam, como por exemplo: veículos aéreos não tripulados (VANT), aeronaves providas de contramedidas eletrônicas e outras plataformas que tratam de inteligência, vigilância e reconhecimento. Os orçamentos para as FA estão defasados ao ponto de o Pentágono considerar tais pedidos de tecnologia como de “grande demanda, pouca densidade”. A má vontade para aprovar verbas para os itens que poderiam contribuir para as operações conjuntas é apenas o sintoma dos problemas sistêmicos que ocorrem dentro das FA. Honestamente falando, a cultura conjunta não faz parte da visão de generais e almirantes. Sem essa perspectiva, aqueles servindo em funções conjuntas acham difícil desenvolver conceitos realistas sobre a forma de empregar as tecnologias emergentes para combater as guerras futuras. A cultura conjunta depende de fatores complexos como educação, experiência operacional e entendimento profundo das capacidades individuais de cada força.

Já foi sugerido que uma forma de criar uma cultura conjunta mais persuasiva seria destruir a cultura indivi-

dual de cada força. Entretanto, isso seria o mesmo que querer consertar um problema criando outro em seu lugar. As bases para uma abordagem conjunta das operações é entender a guerra em um determinado ambiente: mar, terra ou ar. Até que os oficiais dominem uma dimensão da guerra, serão considerados apenas amadores. Por isso a cultura de cada arma deve formar combatentes totalmente sintonizados com seus próprios ambientes, caso contrário não terão condições de contribuir de forma significativa para a conduta das operações conjuntas.

No cerne do problema afligindo a cultura conjunta se encontra o sistema de pessoal das FA, estabelecido em 1940. Mudanças ocorridas subseqüentemente abordaram apenas os sintomas desse problema. Um dos objetivos desse sistema era evitar uma redução do corpo de oficiais durante os anos entre guerras. A mentalidade de “para cima ou para fora” controlava uma rígida cronologia para as promoções. O referido sistema continua, até hoje, com incentivos para encorajar os oficiais para irem para a reserva entre 41 e 45 anos de idade. Além disso, o Congresso, bem como as FA, acrescentaram mais exigências para questões de promoção. Ter servido em função conjunta foi o último pré-requisito acrescentado para ser considerado na promoção a general. Esta prescrição, na lei Goldwater-Nichols, tem como meta resolver o problema apresentado pelas FA que, muitas vezes, se recusam a enviar seus melhores oficiais para servir no Estado-Maior Conjunto.

Os oficiais passam por muitas exigências para serem promovidos, inclusive a de exercer uma função conjunta. Os sistemas de pessoal estabelecidos em 1940 não levam em consideração as complexidades atuais de educação e tecnologia. Apesar disso, o sistema, criado para os militares da Era Industrial, ainda se encontra em vigor. O resultado tem sido a privação dos oficiais da flexibilidade em formação profissional, fora dos estreitos parâmetros da carreira.

Embora a lei Goldwater-Nichols aumentasse o prestígio das funções conjuntas, as FA devem designar o maior número possível de oficiais para uma quantidade finita de funções para terem condições de selecionar um número adequado de oficiais para promoção. Isso significa que a maioria dos candidatos qualificados servem por um tempo mínimo em operações conjuntas, apenas o suficiente para aprender seu trabalho, sem sequer abordar uma perspectiva mais ampla dessas operações. Os obstáculos apresentados pelo sistema de pessoal à cultura de operações conjuntas são exacerbados por uma falha geral em levar a sério a educação militar profissional.

O Comando das Forças Conjuntas do EUA deveria preencher essa lacuna. Infelizmente como sucessor do Comando do Atlântico, ele tem a seu cargo missões operacionais. Por conseguinte, esse comando tem utilizado seus melhores oficiais em trabalhos que não exigem experimentação nem o desenvolvimento de conceitos. O Estado-Maior Conjunto, que apóia o Chefe e o Secretário de Defesa, é também parcialmente responsável pelo desenvolvimento de conceitos conjuntos. Porém essa organização está tão envolvida nas ações do dia a dia que lhe é praticamente impossível pensar a longo prazo. Esse dilema contribui para uma comunidade conjunta fraca, habitada por oficiais comissionados por apenas dois anos, sem uma possibilidade de fazer outra coisa a não ser aprender o seu trabalho. As perspectivas de mudança dessa situação não são favoráveis, porque nenhum oficial de alto escalão, do “mundo conjunto” ou das FA, ofereceu-se para reformar os sistemas de pessoal, sistemas esses profundamente arraigados e bem aceitos.

Os últimos três séculos têm visto a evolução do combate conjunto, com freqüência a custo muito alto no campo de batalha. Apesar disso, a história militar, desde a eclosão da II GM, tem enfatizado o papel crítico da guerra conjunta. Se as FA pretendem empregar ao máximo as novas tecnologias, devem fomentar operações conjuntas autênticas, com base no pensamento e na educação profissionais. Como sugere Michael Howard, a guerra não é somente a profissão que mais exige do físico, mas também do intelecto. É esse último aspecto que os militares profissionais devem cultivar. A guerra conjunta deve ser fundamentada em conceitos que criem flexibilidade para a mente e atendam às futuras exigências. **MR**

Referências

1. Clifford J. Rogers, *War Cruel and Sharp, English Strategy under Edward III, 1327–1360* (Woodbridge, Reino Unido: Boydell Press, 2000), p. 198.
2. Para um estudo a respeito do apoio aéreo aproximado na I Guerra Mundial ver Richard Muller, “Close Air Support,” in *Military Innovation in the Inter-war Period*, editado por Williamson Murray e Allan R. Millett (Cambridge, Massachusetts: Belknap Press, 2001).
3. PFO CAB 54/2, DCOS/30th Meeting, 15.11.38., DCOS Subcommittee, p. 4.
4. Walter Warlimont, *Inside Hitler's Headquarters* (Nova York: Praeger, 1964), p. 54.
5. Williamson Murray e Allan R. Millett, *A War To Be Won* (Cambridge, Massachusetts: Belknap Press, 2001), p. 419.
6. Dwight D. Eisenhower, em memorando para Chester W. Nimitz, 17 de abril 17 de 1946.

Williamson Murray é co-autor do livro War to Be Won: Fighting the Second World War e co-editor do livro Dynamics of Military Revolution, 1300-2050.